

**PROCESSO** - A. I. N° 206958.0005/22-2  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - J D SANTOS FRANCA COMÉRCIO EIRELI  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JJF nº 0013-02/24-VD  
**ORIGEM** - DAT SUL / INFAZ COSTA DO CACAU  
**PUBLICAÇÃO** - INTRANET 19/03/2025

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO CJF N° 0038-11/25-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS TIDAS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. Instada pelo autuante para exercer o controle de legalidade, a PGE/PROFIS representou ao CONSEF para a nulidade do Auto de Infração. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Ofício contra Decisão da 2ª JJF (Junta de Julgamento Fiscal; Acórdão nº 0013-02/24-VD), que julgou Nulo o Auto de Infração acima epigrafado, lavrado no dia 25/03/2022 para exigir crédito tributário na cifra de R\$ 146.134,00, acrescida da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” da Lei nº 7.014/96, sob a acusação do cometimento da irregularidade assim designada na instância originária:

*“Infração 1 – 002.001.003 – Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas. Valor: R\$ 146.134,00. Período: abril a novembro 2021. Enquadramento legal: Arts. 2º, I e 32 da Lei 7014/96 c/c art. 332, I do RICMS-BA. Multa: 60%, art. 42, II, “a” da Lei 7014/96”.*

A Junta apreciou a lide no dia 29/01/2024 (fls. 153 a 157), decidindo pela Nulidade por unanimidade, nos termos a seguir reproduzidos:

**“VOTO**

*Como acima detalhadamente relatado, chamada a interferir neste processo, a Procuradoria Geral do Estado – PGE, a quem cabe exercer o controle da legalidade do crédito tributário, constatou insanável vício no lançamento tributário em apreço e, com fundamento no art. 113, § 5º do RPAF, representou ao CONSEF para cancelamento integral do Auto de Infração (PARECER PROFIS-NCAEKS N° 104/2023 - fls. 144-146), propugnando o refazimento do procedimento fiscal, mediante nova Ordem de Serviço emitida pelo órgão competente para tanto.*

*Assim, acolhendo a representação regulamentar da PGE, com fundamento no art. 18, IV, “a” voto pela NULIDADE do Auto de Infração”.*

Em virtude de a desoneração ter ultrapassado o limite estatuído no art. 169, I, “a” do RPAF/1999 (Regulamento do Processo Administrativo Fiscal da Bahia), a 2ª JJF recorreu de ofício da própria Decisão, contida no Acórdão nº 0013-02/24-VD.

**VOTO**

Às fls. 131/132 dos presentes autos consta Parecer da PGE/PROIN/ILHÉUS acerca do controle de legalidade formulado pelo contribuinte autuado.

Diz aquela unidade do órgão jurídico do Estado que, após a autoridade fiscal autuante concluir pela necessidade de reabertura da OS para examinar a EFD retificada e a confissão do recorrido do débito de ICMS de R\$ 39.859,62, deve ser acolhida a sugestão do autuante, abrindo-se nova OS e intimando-se o contribuinte para pagamento do valor confessado como devido.

No transcorrer do processo, foi requerido pelo autuante que os autos fossem encaminhados à chefia da NCA/PROFIS para, na forma do art. 113, § 5º do RPAF, promover a representação para o

CONSEF atuar no feito.

Às fls. 144 a 146, consta o PARECER PROFIS-NCA-EKS Nº 104/2023, concluindo o seguinte:

*“Visto que o Fiscal Autuante entende necessária a realização de nova fiscalização, com o cotejamento dos dados agora retificados, compreende-se que não deve o feito prosseguir. E, salvo melhor juízo, ainda que o contribuinte tenha retificado a EFD não se pode afirmar peremptoriamente que tenha “confessado” o débito tributário, até mesmo porque não há notícia de que tenha pago o imposto, de forma que, diante do cenário de fragilidade dos valores que serviram para a base de cálculo e da já avisada necessidade de refeitura do lançamento, impõe-se o cancelamento do Auto de Infração, sem prejuízo de que o suposto valor confessado seja exigido noutra procedimento fiscal. Tal solução, entretantes, parece-nos mais segura e não causa nenhum prejuízo ao fisco (não nos parece que o lançamento está perto de decair), possibilitando ao contribuinte demonstrar toda a correção da sua EFD e, também, evitando a duplicidade de autuações que tenham por referência idênticos fatos geradores, o que acarreta, costumeiramente, dificuldade de análise conjuntural das implicações de um lançamento no outro”.*

A informação fiscal não resultou em novo demonstrativo de débito, conduto da qual o fiscal autuante constatou incorreções nos valores de base de cálculo, de modo que o valor do débito já indicado pela empresa é passível de confirmação.

Num tal contexto, outra providência não restou à Procuradoria Fiscal senão representar ao CONSEF pelo cancelamento integral de débito do Auto de Infração, com fundamento no art. 113, § 5º, inciso I do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, propondo o refazimento do procedimento fiscal, com a edição de nova Ordem de Serviço.

Em face do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e manter a Decisão recorrida, que julgou **NULO** o Auto de Infração nº 206958.0005/22-2, lavrado contra **J D SANTOS FRANCA COMÉRCIO EIRELI**, Recomenda-se para que a autoridade competente edite nova Ordem de Serviço, com vistas à elaboração de nova ação fiscal a salvo de falhas.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de fevereiro de 2024.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR -REPR. DA PGE/PROFIS